

Quinta-Feira, 09 de Abril de 2026

PF prende servidores do INSS e hacker que vendiam dados de brasileiros

Agentes cumprem 18 mandados de prisão em oito estados e DF; Justiça bloqueou R\$ 34 milhões e sequestrou 24 imóveis

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta quinta-feira (26) a operação “Mercado de Dados” contra três servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) investigados pela venda de dados de brasileiros. Um hacker também é alvo da PF.

Os policiais saíram às ruas para cumprir 29 mandados de busca e 18 mandados de prisão preventiva nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Pará, Goiás, Paraná, Bahia e no Distrito Federal.

Segundo a PF, as investigações iniciadas em setembro de 2023 revelaram que a organização criminosa é composta por:

- hackers que faziam uso de técnicas avançadas de invasão cibernética e conseguiam ingressar diretamente no banco de dados do INSS;
- servidores da autarquia federal que comercializavam as respectivas credenciais de acesso aos sistemas;
- indivíduos que comercializavam os dados dos beneficiários para quaisquer interessados;

Dentre os alvos dos mandados, um deles é o hacker – que já foi investigado pela Polícia Federal e é conhecido como um dos mais habilidosos invasores de sistemas informatizados do Brasil.

Apurou-se que ele conseguia burlar o método de *login* com autenticação multifator, alterar os níveis de acesso das credenciais dos servidores do INSS e até mesmo fazer uso do certificado digital desses servidores.

Três servidores e um estagiário do INSS também são alvos da operação.

A Justiça também determinou o sequestro de 24 imóveis pertencentes aos integrantes do grupo, bem como o bloqueio dos recursos financeiros existentes nas contas bancárias por eles usadas até o valor de R\$ 34 milhões.

Os envolvidos responderão por organização criminosa, corrupção, invasão de dispositivos informáticos, violação de sigilo funcional, obtenção e comercialização de dados sigilosos e lavagem de capitais, com penas que, se somadas, podem chegar a mais de 15 anos de prisão.

A investigação da PF de Cascavel (PR) conta com o apoio do Ministério da Previdência.

A CNN procurou o INSS e aguarda retorno.

Fonte: cnnbrasil.com.br

